

LEI Nº 1.817/2023, DE 11 DE OUTUBRO DE 2023

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PAGAR OS VALORES FIXADOS ATRAVÉS DA LEI FEDERAL Nº 14.434/2022, DE 4 DE AGOSTO DE 2022 (PISO NACIONAL DA ENFERMAGEM).

O Prefeito do Município de Cantagalo faz saber que a Câmara Municipal aprovou e assim sanciona a seguinte lei:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a pagar o piso nacional dos profissionais das categorias de enfermeiro, técnico de enfermagem e auxiliar de enfermagem, instituído mediante a Lei Federal nº 14.434/2022, de 4 de agosto de 2022, condicionado à assistência financeira complementar repassada pela União, através do Fundo Nacional de Saúde, nos termos da Portaria GM/MS nº 1.135/2023, de 16 de agosto de 2023, ou das portarias vindouras que venham a versar sobre a matéria.

Parágrafo único – A carga horária considerada para o piso nacional referido no caput é de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, devendo o pagamento ser proporcional nos casos de vínculos com carga horária inferior ao período mencionado.

Art. 2º – Os recursos a que se refere a Portaria GM/MS nº 1.135/2023 compreendem os meses de maio a agosto de 2023, ficando o Poder Executivo autorizado a realizar a efetivação do pagamento aos profissionais beneficiados, mediante folha suplementar, condicionado ao repasse efetuado pela União, através do Fundo Nacional de Saúde.

Art. 3º – Fica o Poder Executivo igualmente autorizado a complementar o piso nacional dos profissionais das categorias de enfermeiro, técnico de enfermagem e auxiliar de enfermagem condicionado ao repasse da assistência financeira complementar a ser efetuada pela União, através do

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Fundo Nacional de Saúde, referente aos meses de **setembro, outubro, novembro e dezembro de 2023**, conforme portarias específicas a serem editadas pelo **Ministério da Saúde**.

Art. 4º – A eventual interrupção ou suspensão dos repasses da **União** a título de **assistência financeira complementar** para o **piso nacional dos profissionais das categorias de enfermeiro, técnico de enfermagem e auxiliar de enfermagem** ou divergências nos cálculos ou transferência insuficiente, não gerará responsabilidade de complementação pelo município com recursos próprios do **Tesouro Municipal**.

Art. 5º – As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta de dotações próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementando-se, se necessário, tendo como fonte os recursos repassados pela **União** a título de **assistência financeira complementar**.

Art. 6º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 11 de outubro de 2023.



JOAQUIM AUGUSTO CARVALHO DE PAULA
PREFEITO